

# MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

## EDITAL N.º 01/22

### PROCESSO DE SELEÇÃO PARA ESTÁGIO DE PÓS-GRADUAÇÃO NO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ - MPPR.

A Promotora Substituta, Dra. **Ráisa Cruz Braga**, no uso das atribuições que lhe são conferidas no Processo SEI N° 19.19.3140.0015244/2022-93, resolve:

#### TORNAR PÚBLICO

o presente edital que estabelece as instruções destinadas à seleção e admissão de estagiários de **pós-graduação** para atuarem junto à **Promotoria de Substituição da 31ª Seção Judiciária (Ibaiti/PR)**.

#### 1. Das vagas

O processo de seleção regulado por este Edital destina-se ao preenchimento de **01 (uma) vaga** para estágio de pós-graduação em Direito existente(s) na Promotoria de Substituição da 31ª Seção Judiciária (Ibaiti/PR), **assim como a formação de cadastro de reserva**, observando-se, para a classificação, o disposto no item 7 deste Edital.

- 1.1. Ficam reservadas aos negros 30% (trinta por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Resolução PGJ 4171/2016.
- 1.2. Ficam reservadas às pessoas com deficiência 10% (dez por cento) das vagas que vierem a ser preenchidas por meio deste processo seletivo, nos termos da Lei Federal nº 11.788/2008.
- 1.3. A reserva de vagas dos itens 1.2 e 1.3 será aplicada considerando-se a hipótese de aproveitamento de vagas remanescentes e a formação de cadastro de reserva.
- 1.4. As vagas que eventualmente não forem preenchidas pelos candidatos descritos nos itens 1.1 e 1.2 serão destinadas à ampla concorrência, observada a ordem geral de classificação.
- 1.5. O cadastro de reserva poderá, a critério exclusivamente do MPPR, ser utilizado por outras unidades/promotorias. O candidato poderá optar em aceitar a vaga da outra unidade ou permanecer no cadastro de reserva.

## 2. Da bolsa-auxílio

O candidato aprovado fará jus à bolsa-auxílio no valor de R\$ 1.981,20 (um mil novecentos e oitenta e um reais e vinte centavos) e auxílio-transporte no valor de R\$ 198,00 (cento e noventa e oito reais) mensais.

## 3. Dos requisitos para a admissão

3.1. Para ser admitido como ESTAGIÁRIO DE PÓS-GRADUAÇÃO, o interessado deverá:

- 3.1.1. ter concluído o curso de graduação e estar matriculado em curso de pós-graduação compatível com a área de atuação da vaga ofertada;
- 3.1.2. ter disponibilidade de 6 (seis) horas diárias, de segunda a sexta-feira;
- 3.1.3. ter conduta compatível com o exercício das atribuições de estagiário do Ministério Público;
- 3.1.4. não ter exercido, anteriormente, o total de dois anos de atividade de estágio de pós-graduação em Direito no âmbito do MPPR.

## 4. Das inscrições

4.1. As inscrições serão realizadas no período de **15 de junho de 2022 até às 18h00 do dia 28 de junho de 2022.**

4.2. Para requerer sua inscrição, o candidato deverá encaminhar o pedido para o e-mail **dacsantos@mppr.mp.br**, informando:

- 4.2.1. nome completo;
- 4.2.2. data de nascimento;
- 4.2.3. número de documento de identidade (cujo original deverá ser apresentado para a realização da prova);
- 4.2.4. endereço eletrônico (e-mail) e telefones de contato;
- 4.2.5. instituição de ensino e curso em que está matriculado;
- 4.2.6. *Curriculum Vitae*, instruído com os documentos comprobatórios do histórico profissional do(a) candidato(a), em especial os descritos no item 6.1.2
- 4.2.7. se sua inscrição contempla a vaga reservada descrita nos itens 1.1 e 1.2.

4.3. O pedido de inscrição encaminhado sem os itens 4.2.1, 4.2.2 e 4.2.3 será desconsiderado.

4.4. Para a solução de qualquer problema na inscrição, o candidato deverá entrar em contato pelo telefone e whatsapp (43) 3546-4412.

4.5. É de responsabilidade do candidato a manutenção do e-mail e telefone atualizados, para viabilizar os contatos necessários.

4.6. A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação das normas preestabelecidas

do certame e do Regulamento de Estágios do MPPR.

- 4.7. A constatação, em qualquer época, de ausência de convênio, de irregularidades, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração na inscrição, implicará a eliminação do candidato, cancelando-se sua inscrição e anulando-se todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.

**5. Da(s) data(s) e local(is) de prova**

A prova teórica será realizada na sede da OAB Subseção Ibaiti (Praça dos Três Poderes, 263, Ibaiti/PR, CEP: 84.900-000), **no dia 1º (primeiro) de julho de 2022, com início às 13h:30.**

**6. Do processo de seleção**

6.1. O processo de seleção compreenderá **duas fases**, compostas por:

6.1.1. **Prova teórica**, de caráter eliminatório e classificatório, composta por **10 (dez)** questões **discursivas**, envolvendo os seguintes temas:

**a) Direito Penal e Processual Penal:** Código Penal – Parte Geral e Parte Especial. Código de Processo Penal. Decreto-lei 3688/41 – Parte Geral e Especial. Lei nº 11.340/2006 (Violência Doméstica e Familiar contra a mulher). Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas). Lei nº 10.826/2003 (Estatuto do Desarmamento). Lei 9.503/1997 (Código de Trânsito Brasileiro). Lei 12.850/2013 (Lei do Crime Organizado). Lei 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais). Lei 10741/03 (Estatuto do Idoso). Súmulas dos Tribunais Superiores. **b) Juizado Especial Criminal:** Lei 9099/95. Informativos FONAJE. Súmulas dos Tribunais Superiores. **c) Direito Administrativo e Patrimônio Público:** Lei de Improbidade Administrativa (Lei 8.429/1992). Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985). Lei de Licitações e Contratos (Lei 8.666/93; **d) Direito de Família:** Código Civil e Código de Processo Civil. Lei 12.318/10 (alienação parental). Lei 11.804/08 (alimentos gravídicos); **e) Direito da Criança e do Adolescente:** Lei 8.069/90 (ECA). Lei 12.594/12 (SINASE); **f) Processo Civil e hipóteses de intervenção do Ministério Público.**

6.1.2. **Entrevista** com a autoridade solicitante ou pessoa indicada por este. Os candidatos classificados que atingirem a nota mínima na prova teórica serão convocados para comparecimento à entrevista com a Promotora Substituta, oportunidade em que será avaliada a aptidão do candidato às finalidades do estágio e realizada a análise curricular a partir dos seguintes critérios: a) Nota final do Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação; b) Aprovação em Exame da Ordem dos Advogados do Brasil; c) Realização de estágio de graduação (bolsista) no Ministério Público, pelo período mínimo de 06 (seis) meses; d) Realização de estágio não obrigatório curricular, em outras áreas do Direito e/ou outros órgãos da Justiça, além do Ministério Público,

pelo período mínimo de 06 (seis) meses; e) Exercício de advocacia, ou assessoria em outros órgãos públicos, pelo período mínimo de 06 (seis) meses; f) outras informações que revelem a aptidão do candidato para as atividades de estágio no Ministério Público.

6.1.2.1 No momento da entrevista será aferida ainda a veracidade das informações indicadas no currículo pelo candidato, podendo, a critério do entrevistador, serem requisitados comprovantes que atestem o legado.

- 6.2. O candidato será informado através do e-mail de contato por ele fornecido no momento da inscrição.
- 6.3. **O candidato terá o prazo de 4 (quatro) horas e 30 (trinta) minutos para concluir a prova teórica.**
- 6.4. Para a realização das provas, o candidato deverá comparecer ao local previsto com **no mínimo 15 (quinze) minutos de antecedência**, munido do original do documento de identificação usado na inscrição, caneta esferográfica de tinta azul ou preta, lápis e borracha.
- 6.5. Durante a realização das provas, será adotado o procedimento de identificação civil dos candidatos, mediante verificação do documento de identidade e da coleta da assinatura.
- 6.6. **Será permitido ao candidato a utilização de legislação não comentada e sem anotações para a resolução das questões dissertativas.**
- 6.7. Não será admitida a entrada, no recinto da prova, do candidato que:
- 6.7.1. não estiver munido do original do documento de identidade usado na inscrição, que deverá conter foto recente, filiação e assinatura;
  - 6.7.2. que se apresentar após o horário indicado para início da prova.
- 6.8. Será excluído do exame o candidato que:
- 6.8.1. se negar a ser identificado, nos termos do item 6.7;
  - 6.8.2. se identificar na folha de respostas (será adotado procedimento para garantir a não identificação dos candidatos, por meio de vinculação de cada candidato a um número, sendo que os dados de cada candidato, vinculado à respectiva numeração, serão disponibilizados ao Promotor de Justiça após a correção das provas).
  - 6.8.3. se retirar do recinto durante a realização das provas sem a devida autorização;
  - 6.8.4. for colhido em flagrante comunicação com outro candidato ou pessoa estranha, por escrito ou qualquer outra forma, ou que utilizar notas, livros, impressos ou qualquer meio de consulta não autorizada;
  - 6.8.5. estiver portando ou fazendo uso de qualquer tipo de equipamento eletrônico de comunicação.

**6.8.6.** desrespeitar os aplicadores de prova, seus auxiliares, outra autoridade presente ou qualquer dos pleiteantes à vaga de estágio.

**7.** Da avaliação da prova e classificação dos candidatos

- 7.1.** Será atribuída à prova teórica a nota de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.
- 7.2.** Será atribuída à entrevista a nota de 0 (zero) a 5 (cinco) pontos.
- 7.3.** Será reprovado o candidato que não obtiver o mínimo de 50% (cinquenta por cento) dos pontos na prova escrita.
- 7.4.** A nota final será a soma das notas da prova escrita e da entrevista.
- 7.5.** A classificação será obtida pela ordem decrescente da pontuação obtida pelos candidatos aprovados, que serão nomeados para ocupar as vagas disponibilizadas obedecendo-se estritamente a essa ordem.
- 7.6.** No caso de empate na pontuação, serão utilizados os critérios de desempate, na seguinte ordem: 1) maior nota na prova escrita; 2) maior idade.
- 7.7.** O resultado do processo de seleção será divulgado no site da Escola Superior do MPPR.
- 7.8.** O recurso contra o resultado do processo seletivo deverá ser apresentado fundamentadamente, em até 3 (três) dias a contar da sua divulgação, pelo e-mail [\*\*dacsantos@mppr.mp.br\*\*](mailto:dacsantos@mppr.mp.br)

**8.** Da convocação

- 8.1.** O candidato classificado será convocado, observando-se a classificação, conforme disposto no item 7 deste Edital.
- 8.2.** A convocação oficial será feita por meio do endereço eletrônico informado na inscrição.
- 8.3.** Após convocação, o candidato terá o prazo de 2 (dois) dias úteis para se manifestar, podendo:
  - 8.3.1.** aceitar a vaga ofertada;
  - 8.3.2.** desistir do processo seletivo e ser automaticamente excluído do cadastro de reserva.
- 8.4.** Em caso de recusa, reclassificação ou desistência, será convocado para a vaga o candidato seguinte na ordem de classificação.
- 8.5.** A desistência tratada no item 8.3.b é irretratável.
- 8.6.** Será considerado desistente o candidato que não responder a convocação no prazo estipulado no item 8.3.
- 8.7.** Caso aceite a vaga ofertada, o candidato deverá apresentar-se, no prazo de 10 (dez) dias contados da data da convocação no endereço especificado munido dos documentos relacionados no Art. 21 §1º do Regulamento de Estágios do MPPR.

Disponível no seguinte endereço:  
<https://escolasuperior.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=360>

**8.8.** A falta de qualquer um dos documentos a que se referem o item 8.7 implicará a não admissão do candidato aprovado e à desistência tácita, ocasião em que será chamado o candidato seguinte na ordem de classificação.

**9.** Das disposições finais

**9.1.** Este Edital e o Regulamento de Estágios do MPPR ficarão à disposição para consulta na unidade realizadora do presente processo seletivo e na página da Divisão de Estágios do MPPR em <https://escolasuperior.mppr.mp.br/estagios>

**9.2.** O prazo de validade desta seleção pública é de 1 (um) ano, contado da data da divulgação do resultado final da seleção.

**9.3.** Todas as instruções, convocações e avisos relativos à seleção regida por este Edital serão divulgados na página eletrônica da Divisão de Estágios do Ministério Público do Estado do Paraná, por meio da página <https://escolasuperior.mppr.mp.br/estagios>, seção “Quero estagiar”, “Vagas disponíveis”.

**9.4.** A inscrição implicará o conhecimento e a aceitação, por parte do candidato, do que determina as legislações vigentes de estágio, o Regulamento de Estágios do MPPR e este Edital.

**9.5.** A contratação de candidato aprovado dependerá da conveniência para o Ministério Público do Estado do Paraná.

**9.6.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Diretor-Geral da Escola Superior do Ministério Público do Paraná.

Ibaiti, 14 de junho de 2022.

**RÁISA CRUZ BRAGA**  
**Promotora Substituta**